

USO EXCESSIVO DE PSICOFÁRMACOS

Isabela Soares de Freitas¹, Karina de Oliveira Fialho², Emanuelle das Dores Figueiredo Socorro³

Resumo: O presente trabalho refere-se a um estudo acerca do uso abusivo de psicofármacos. A recente e/ou exacerbada utilização de psicotrópicos chama atenção de determinados órgãos, bem como de estudiosos, uma vez que apesar de haver benefícios desses, também há malefícios. Este trabalho possui o intuito em problematizar o uso exarcebado de medicamentos, discutindo assim os possíveis agravamentos e benefícios que podem ser gerados. Compreende-se ser de infidável importância o uso de medicamentos a diversos casos, e como esse pode contribuir demasiadamente, no entanto observa-se como houve uma ausência de consciëntização e até mesmo negligência de profissionais atuantes em órgãos públicos frente à indicação de medicamentos a indivíduos que possuem demandas devido conflitos psicológicos. Sendo necessário, portanto, uma orientação e atendimento minucioso aos sujeitos, para assim demonstrar como o medicamento pode ou não auxiliar, além de encaminhar a outros serviços.

Palavras-chave: Medicamentos, mal-estar, prescrição.

Introdução

O presente trabalho irá se referir a problemática do uso excessivo de medicamentos psicofármacos na atualidade. Trata-se de medicamentos utilizados na ocorrência de transtornos mentais e complicações psicológicas, os quais atuam no sistema nervoso

¹ Graduanda em Psicologia - FAVIÇOSA/UNIVIÇOSA. e-mail: isabelasoresss@yahoo.com.br

² Graduanda em Psicologia - FAVIÇOSA/UNIVIÇOSA. e-mail: kharinafialho@gmail.com

³ Docente do curso de Psicologia - FAVIÇOSA/UNIVIÇOSA. e-mail: emanuellefigueiredo@yahoo.com.br

central, variando o processo de acordo com o fármaco utilizado, ou seja, cada medicamento atua de uma forma diferente no organismo. Esses medicamentos são classificados de acordo com suas funções, formando classes, como; os neurolépticos, antidepressivos, ansiolíticos, os benzodiazepínicos e etc, sendo medicamentos necessários e seguros, carregados de um valor terapêutico satisfatório, podendo produzir efeitos fisiológicos específicos como suprimir distúrbios do movimento ou evitar convulsões, induzir o sono ou inibi-lo, estimular o apetite ou causar a sua falta. Deste modo, os usos destes precisam ser feitos de forma correta uma vez que estes podem causar dependência física e psíquica (CORDIOLI, 2005).

De acordo com Orlandi e Noto (2005), pesquisas realizadas pelos órgãos internacionais, como a OMS (Organização Mundial da Saúde) e o INCB (Internacional Narcotics Control Board), têm alertado sobre o uso incontrolado e o escasso controle de medicamentos psicotrópicos nos países em desenvolvimento. No Brasil, essa alerta foi reforçada por estudos das décadas de 80 e 90 que mostraram uma grave realidade relacionada ao uso de benzodiazepínicos, dado este confirmado a partir de uma pesquisa no ano de 1999, em dois municípios brasileiros, no qual foram analisadas um total de 108.215 notificações e receitas especiais retidas em farmácias, drogarias, postos de saúde e hospitais. Esse estudo indicou descuido no preenchimento das notificações e receitas especiais e, inclusive, indícios de falsificações, na forma de prescrições por médicos falecidos e notificações com numeração oficial repetida. Essa realidade indica a necessidade de uma ampla revisão no atual sistema de controle dessas substâncias, bem como do papel dos profissionais de saúde nesse sistema.

Ao passo que há prevalência do uso excessivo, há também várias facetas que discutem acerca do motivo real por trás desse ato. Conquanto seja indiscutível o benefício e a necessidade da utilização de psicofármacos, a popularização destes medicamentos levanta questionamentos referentes a real necessidade de sua utilização, e suas prescrições, uma vez que, nem sempre os psicofármacos são utilizados para transtornos mentais específicos, apresentando

grande incidência de medicamentos prescritos de forma equivocada, além das possíveis aquisições do medicamento sem o pedido médico (BORGES et al. 2015). Posto isso, o presente trabalho possui o intuito em problematizar o uso exacerbado de medicamentos, discutindo assim as possíveis consequências que são geradas.

Material e Métodos

Parte-se do rastreamento do uso abusivo de psicotrópicos, salientando como esse se procedeu ao longo do tempo, perpassando acerca das consequências e se houve benefícios gerados, vinculando ainda esse uso a tentativa do ser humano afastar o mal-estar existente em si. Sendo assim, considerou-se pertinente realizar o levantamento bibliográfico a partir de estudos contemporâneos que contemplam um arcabouço considerável sobre essa temática. Por conseguinte, ponderou-se ser apropriado o levantamento bibliográfico a partir de alguns artigos, sendo eles; “Prevalência do uso de psicotrópicos e fatores associados na atenção primária à saúde” (BORGES et al. 2015), “A mulher, seu médico e o psicotrópico: redes de interfaces e a produção de subjetividade nos serviços de saúde” (CARVALHO; DIMENSTEIN, 2003), Psicofármacos nos transtornos mentais (CORDIOLI, 2005), “A oferta e a procura de saúde através do medicamento: proposta de um campo de pesquisa” (LEFÈVRE, 1987), “Uso indevido de benzodiazepínicos: um estudo com informantes-chave no município de São Paulo” (ORLANDI; NOTO, 2005) e “O abuso de medicamentos psicotrópicos na contemporaneidade” (PELEGRINI, 2003).

Neles, observa-se o desenvolvimento da construção de uma cultura, na qual se privilegia um viver sem ausência de mal-estar, o que se resulta em buscas por tratamentos rápidos, distanciando assim de tratamentos considerados adequados como a psicoterapia. A análise dessa temática parte, portanto, de revisão bibliográfica, delineando como a utilização de psicotrópicos foi se iniciando e tomando a demasiada proporção.

Resultados e Discussão

Carvalho e Dimenstein (2003) relatam que os ansiolíticos ocupam o lugar de cura, mas somente para os sintomas. Apesar disso, o uso de medicamentos como benzodiazepínicos, acabam gerando mais malefícios que benefícios como: a sonolência, visão turva, fadiga, sedação, problemas com a memória e comprometimentos intelectuais, além de habilidades que exigem maior concentração. Como esses medicamentos trazem a ideia de cura, a prescrição de uma receita acabou ganhando um valor infundável, o que ocasiona uma desvalorização da própria consulta. Em conjunto a isso há questão das propagandas, transmitindo a ideia de que medicamentos também são mercadorias, o que dificulta a utilização de outras alternativas para enfrentar determinadas enfermidades. O uso indiscriminado dos ansiolíticos demonstra uma visão dos mesmos como símbolo de saúde, pois curam os sintomas, portanto, todas as enfermidades estão sendo consideradas somente do ponto de vista orgânico, logo, todas devem ser tratadas com algum medicamento. Ademais, é apontado que existe por parte dos médicos, demasiada falta de consideração quanto a subjetividade dos mesmos, visto a escassez de indicações de outras alternativas como a psicoterapia, já que as queixas na maioria das vezes estão relacionadas com problemas psicossociais, correspondentes a família, emprego, entre outros.

Diante disso Lefèvre (1987, p.65) aponta que os medicamentos foram sublocados para o papel de mercadorias simbólicas, ao passo que os mesmos representam signos de saúde, ou seja, está no lugar de saúde. Assim, o uso do medicamento passou a ser mais viável, pelo fato de poupar o trabalho para obter a saúde. E ainda, como citado por Pelegrini (2003), o medicamento ocupou a posição de uma “pílula mágica”, em que qualquer mal-estar é aplacado quase imediatamente. Essa ideia de medicamento como mercadoria simbólica volta ao mesmo argumento de Carvalho e Dimenstein (2003) de que as enfermidades estão sendo todas consideradas como um fator orgânico, conseqüentemente só pode ser tratada com o uso de determinado medicamento, de modo que como aponta Lefèvre

(1987), os medicamentos foram colocados como a única solução científica para voltar ao seu estado saudável, isto é, obter a saúde.

De acordo com Pelegrini (2003), os indivíduos estão vivendo com a ideia do imediatismo, e como estão sempre em busca do prazer e da alegria, qualquer tipo de alteração no corpo é motivo para procura por uma solução mais rápida, no caso o uso de medicamentos. Assim grande parte da sociedade quando é acometida por algum tipo de sofrimento como ansiedade, tristeza, estresse, angústia, logo busca um meio para apagar o incômodo, de forma que ocorre sempre o movimento de retornar ao estado de felicidade, o que se observa com o uso de medicamentos. O que se busca atualmente é a ausência de sofrimento, de insatisfação, do vazio.

Dessa forma como proposto por Borges et al. (2015), as unidades de atenção primária à saúde geralmente são a porta de entrada para os pacientes com queixas psicológicas. Com a reforma psiquiátrica, ocorreu a humanização do tratamento das doenças mentais; sendo que atualmente o sistema conta com atenção integrada e hierarquizada para o paciente, desde a atenção primária até a hospitalar, além do fornecimento dos remédios psicotrópicos para o tratamento das desordens mentais. Contudo, ainda se nota a falta de recursos nas unidades de saúde para que seja proporcionado orientações e modalidades terapêuticas que perpassem somente a medicalização. Sendo assim, é de extrema responsabilidade a seriedade e comprometimento do serviço com a população para o bem-estar dos usuários para que haja total assistência para aqueles que precisam de cuidados relacionados ao psiquismo, tanto na orientação médica, como em pequenos esclarecimentos sobre os quadros diagnosticados, remédios, patologias.

Conclusões

Como exposto, a utilização dos psicofármacos no tratamento de transtornos mentais e complicações psicológicas, levanta questionamentos diante o crescente número de usuários na atualidade. A decisão de utilizar ou não um psicofármaco depende antes de tudo do diagnóstico que o paciente apresenta, entretanto,

pesquisas apontam o descaso de órgãos públicos e funcionários da saúde ao permitirem o uso indiscriminado desses fármacos. Tais medicamentos se fazem necessários em muitos casos, sendo em alguns o tratamento preferencial, contudo, existe a possibilidade de combinação com outros métodos terapêuticos como; psicoterapia, homeopatia e tratamentos alternativos, a fim de complementar o processo. São inegáveis os benefícios que os mesmos podem propiciar, entretanto, do mesmo modo apresentam efeitos negativos e podem ocasionar a dependência. Devido à grande procura da população, seja pela busca de suprimir o mal-estar, ou sintomas que geram incômodo, os quais muitas vezes são produzidos na interação com o mundo que o cerca, comprando a ideia de o medicamento funcionar como solução, salienta-se a necessidade de conscientização da real necessidade do uso desses medicamentos. Deste modo, nota-se a indispensabilidade de conscientização e comprometimento dos profissionais de saúde e instituições, a fim de proporcionarem uma orientação correta aos sujeitos que buscam ajuda psicológica, proporcionando diagnósticos corretos e controle de distribuição desses medicamentos.

Referências Bibliográficas

BORGES, T. Longo et al. Prevalência do uso de psicotrópicos e fatores associados na atenção primária à saúde. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 28, n. 4, p. 344-349, 2015.

CARVALHO, L F.; DIMENSTEIN, Magda. A mulher, seu médico e o psicotrópico: redes de interfaces e a produção de subjetividade nos serviços de saúde. **Interações**, v. 8, n. 15, 2003.

CORDIOLI, A. V. **Psicofármacos nos transtornos mentais**. Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 2005.

LEFÈVRE, F. A oferta e a procura de saúde através do medicamento: proposta de um campo de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, v.

21, n. 1, p. 64-67, 1987.

ORLANDI, P; NOTO, A. R. Uso indevido de benzodiazepínicos: um estudo com informantes-chave no município de São Paulo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 1, 2005.

PELEGRINI, M. R. F. O abuso de medicamentos psicotrópicos na contemporaneidade. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, n. 1, p. 38-41, 2003.